

CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE CHAPECÓ
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 16/06/2026

ATA Nº. 05/2026

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às oito horas e quarenta minutos, realizou-se, de forma presencial na sede do Conselho da Comunidade da Comarca de Chapecó, a Assembleia Geral Ordinária referente ao mês de junho, contando com a presença dos Conselheiros e Conselheiras titulares e suplentes: Maicon Dioni de Castro (Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó), Leonardo Siepmann (Mitra Diocesana/Pastoral Carcerária), Jaquelina Pavan (APAS), Pamela Piran da Rosa (OAB), Savério André Dadalt (Seara de Caridade), Joseane Peruzzo (CPMA), Luiz Carlos Sordi (UFFS) e Rodrigo Santamaria Saber (DPE). A Assembleia foi convocada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Recepção; 2. Verificação de quórum para instalação e deliberação; 3. Justificativas de ausência; 4. Leitura, discussão e deliberação da pauta; 5. Esclarecimentos da ATA Nº 04-2026 encaminhada ao cartório; 6. Prestação de contas referente ao mês de maio de 2026; 7. Leitura, discussão e aprovação do relatório de visita ao sistema prisional; 8. Informes sobre os trâmites e o registro da eleição da Diretoria junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas; 9. Avaliação e deliberação sobre a realização da Pré-Conferência de Saúde no Sistema Prisional; 10. Análise e deliberação sobre a aquisição de linha telefônica institucional para autenticação, recuperação de acesso e gerenciamento dos e-mails e demais plataformas digitais do Conselho; 11. Correspondências recebidas e expedidas; 12. Encaminhamentos; 13. Demais assuntos de interesse dos Conselheiros e encerramento. Após a recepção dos presentes **(item 1)** e verificação do quórum regimental **(item 2)**, foi declarada instalada a Assembleia. Apresentaram justificativa de ausência os Conselheiros: Guilherme Angonese (ACIC), Márcia Bonamigo (Suplente-ACIC), Eliane Tortelli (SESC-SENAC), Tânia Colusso (Secretária de Saúde) e Gelson Aguiar da S. Moser (Suplente-UFFS) **(item 3)**. Na sequência, foi realizada a leitura da pauta do dia, oportunidade em que foi solicitado o acréscimo de um comentário referente ao manifesto relacionado ao processo de eleição da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública, ficando acordado que o assunto seria tratado ao final da reunião. **(item 4)**. Na sequência, foi submetida à apreciação dos presentes a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas ou alterações. **(item 5)**. Na sequência, passou-se ao **(item 6)** onde foi apresentada a prestação de contas referente ao mês de maio. Foi esclarecido que as despesas ordinárias do Conselho totalizaram R\$5.640,97, compreendendo salários, serviços contábeis e demais despesas administrativas. Também foi informada a devolução ao Tribunal de Justiça do saldo remanescente do projeto anterior, no valor de R\$81.590,62, mediante boleto emitido pelo próprio Tribunal, valor este que não foi contabilizado como despesa mensal por se tratar de devolução de recursos e não de gasto operacional do Conselho. Foram ainda apresentados os extratos bancários e esclarecidos os impactos decorrentes do bloqueio temporário das contas bancárias em razão da atualização cadastral junto à instituição financeira, ocasionada pela necessidade de registro da nova diretoria. Ainda durante a prestação de contas, foi informado o pagamento de multa por

atraso em serviços contábeis, decorrente da indisponibilidade de acesso à conta bancária. Também foram apresentados os gastos referentes à aquisição de uma escada para utilização nas dependências do Conselho, bem como despesas emergenciais com chaveiro em razão da substituição das fechaduras da sede. Não havendo questionamentos adicionais, a prestação de contas foi considerada aprovada. Em seguida, no **(item 7)** foram tratados os assuntos relacionados às visitas ao sistema prisional. Ficou definido que a próxima visita institucional ocorrerá no dia dezoito de junho de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, com encontro dos participantes na área administrativa da unidade. Durante a visita, serão verificadas as condições de distribuição de roupas e cobertores aos internos, bem como realizadas entrevistas para levantamento de informações relacionadas à alimentação, saúde, banho de sol e demais direitos assegurados às pessoas privadas de liberdade. No **(item 8)**, foram prestados informes sobre os trâmites de registro da eleição da nova diretoria junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Foi relatado que a documentação já retornou por três vezes com notas devolutivas contendo novas exigências, muitas delas não apontadas anteriormente. Os conselheiros registraram preocupação com a demora no processo e com os prejuízos administrativos decorrentes da falta de conclusão do registro, especialmente em relação à movimentação bancária e ao pagamento de despesas do Conselho. Ficou registrado o descontentamento dos presentes com a condução do processo cartorial e a intenção de buscar alternativas para agilizar a regularização documental. Em relação ao **(item 9)** foi amplamente debatida a possibilidade de realização da Pré-Conferência de Saúde no Sistema Prisional, oportunidade em que foram discutidas as demandas relacionadas à saúde das pessoas privadas de liberdade, com destaque para a insuficiência de profissionais especializados e as dificuldades enfrentadas para ampliação dos serviços por meio do Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP). Também foram registradas as preocupações dos conselheiros quanto à ausência de respostas aos encaminhamentos já realizados e à morosidade na adoção de providências pelos órgãos competentes. Após análise da situação, verificou-se não haver tempo hábil para a organização, mobilização dos participantes e cumprimento dos trâmites necessários para a realização da Pré-Conferência dentro dos prazos estabelecidos, razão pela qual foi deliberado que o Conselho não promoverá a Pré-Conferência neste momento, permanecendo o compromisso de continuar acompanhando e cobrando os encaminhamentos relacionados à saúde no sistema prisional. No **(item 10)** foi analisada a necessidade de aquisição de uma linha telefônica móvel institucional para o Conselho. Foi esclarecido que diversos acessos a sistemas, e-mails institucionais e mecanismos de recuperação de senhas encontram-se vinculados a números pessoais de membros da diretoria e da equipe administrativa, o que tem gerado dificuldades operacionais. Após apresentação de proposta junto à operadora já contratada pelo Conselho, deliberou-se favoravelmente pela contratação de uma linha móvel vinculada ao plano existente, com custo mensal aproximado de R\$39,90, destinada exclusivamente às demandas institucionais do Conselho. No **(item 11)** foi informado que não houve movimentações relevantes no período. Registrou-se apenas o encaminhamento de ofício à unidade prisional, relacionado à solicitação para realização da Pré-Conferência de Saúde no Sistema Prisional, não tendo sido

recebida resposta até a presente data. Foi comunicado ainda que a prestadora de serviços que vinha auxiliando o Conselho no cumprimento de prestação de serviços à comunidade encerrou suas atividades junto à instituição em razão de ter obtido emprego formal em horário comercial. Durante os encaminhamentos, **(item 12)** da pauta, e demais assuntos de interesse dos conselheiros, **(item 13)**, foi debatido o manifesto elaborado por entidades da sociedade civil acerca do processo de escolha da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública. Durante a discussão, foi destacado que o procedimento adotado seguiu as regras previstas na legislação vigente, segundo a qual a sociedade civil participa da formação da lista de candidatos, cabendo ao Conselho Superior a escolha final. Os presentes reconheceram a legitimidade das manifestações realizadas pelas entidades, mas ponderaram que eventual inconformidade deve ser direcionada à alteração da legislação que rege o processo, e não ao órgão que apenas cumpriu a norma atualmente em vigor. Ficou acordado que o documento será compartilhado com todos os conselheiros para conhecimento e eventual análise futura. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença e a participação de todos os presentes, declarando encerrada a reunião. Para constar, eu, Brenda Barcelos, Assistente Administrativa do Conselho da Comunidade, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, segue assinada pela Presidente e pela Secretária, para que produza seus efeitos legais e administrativos.

Pamela Piran da Rosa
Presidente

Eliane Tortelli Ferri
Secretária